

TJMG

I N F O R M A T I V O

História e modernidade no Palácio da Justiça

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - JULHO - 2011
ANO 17 - NÚMERO 162

O Palácio da Justiça Rodrigues Campos, um dos símbolos do Judiciário mineiro, chega aos dias atuais com história e arquitetura preservadas. Ao longo do tempo, o prédio de linhas predominantemente neoclássicas foi sendo adaptado para continuar abrigando salas de julgamento e setores do TJMG. Atualmente, computadores com acesso à internet e TVs de plasma dividem o espaço com móveis antigos e a decoração suntuosa.

Páginas 6 e 7

Ações do TJ mostram compromisso com a sociedade

Nesta edição do *TJMG Informativo*, cinco matérias são destinadas a programas e projetos do Tribunal mineiro. Voltadas para o servidor, para a melhoria nas atividades diárias ou para a ressocialização de apenados, as iniciativas comprovam o compromisso do Judiciário com a sociedade. As ações mostram ainda a preocupação do TJ com o aprimoramento permanente de sua atuação, que muitas vezes vai além do trabalho de julgamento de processos.

A reportagem da página 8 destaca uma novidade no Programa Sustentabilidade Legal (PSL), que terá comissões de apoio formadas para aperfeiçoar ações do Judiciário em prol do meio ambiente. No caso do programa Atitude Legal, uma campanha pretende incentivar, no dia a dia, as ações de cordialidade entre os servidores. Já o programa Ser-

vidor Integrado (Serin) foi reestruturado e será desenvolvido, a partir de agora, em três módulos, com aulas presenciais e material disponível na intranet.

O Projeto Semear, em funcionamento no Triângulo Mineiro, mostra o compromisso do Judiciário com a ressocialização dos presos. A entrevistada deste mês, a juíza Vanessa Vedovotto, mostra como o projeto vem sendo desenvolvido na comarca, beneficiando os apenados e suas famílias. Na página 12, uma matéria revela outra iniciativa voltada para a recuperação dos condenados – o Projeto Fênix. Por meio dele, um dos apenados da penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, ensina pintura aos colegas.

O *TJMG Informativo* traz detalhes, nas páginas centrais, do Palácio da Justiça Rodrigues Campos, edifício centenário. Para continuar abrigando câmaras de jul-

gamento e setores do TJMG, o edifício foi adaptado. Hoje, o mobiliário nobre e as obras de arte convivem com TVs de plasma e computadores com acesso à internet, modernizações indispensáveis para o funcionamento do Judiciário nos dias atuais.

Outros assuntos que também podem ser conferidos nesta edição são as mudanças trazidas pela Lei 12.403, que alterou o Código de Processo Penal, e a participação do Judiciário no programa semanal *Revista da Tarde*, da Rádio Inconfidência. Para finalizar, em período de férias escolares, o *TJMG Informativo* dá como dica o passeio de trem realizado entre os municípios de Ouro Preto e Mariana. A viagem de apenas 18 quilômetros dura cerca de uma hora e encanta os passageiros, que avistam cachoeiras e vegetação típica de cerrado e de mata atlântica.

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Cláudio Costa

1º Vice-Presidente:

Desembargador Carreira Machado

2º Vice-Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

3º Vice-Presidente:

Desembargadora Márcia Milanez

Corregedor-Geral:

Desembargador Alvim Soares

EXPEDIENTE

Editor Responsável e Secretário Especial

de Comunicação da Presidência: Helcio Zolini (RP nº 2736/MG); **Secretário Especial**

da Presidência: Luiz Carlos Elói;

Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna; **Gerente de Imprensa:**

Wilson Menezes; **Coordenadora de**

Imprensa: Letícia Lima; **Editoras:** Francis

Rose; Patrícia Mellillo; **Revisora:** Patrícia

Limongi; **Design Gráfico:** Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

CGB Artes Gráficas Ltda

Ascom TJMG

Rua Goiás, 253 – 1º andar – Centro, Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH: (31) 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Portal TJMG: www.tjmg.jus.br



Marcelo Albert

Presidente do Tribunal empossa desembargador

Em 29 de junho, o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, empossou o juiz José Washington Ferreira da Silva no cargo de desembargador do Tribunal. Promovido por merecimento na sessão da Corte Superior de 8 de junho, o magistrado ocupa a vaga deixada pela desembargadora Maria Elza de Campos Zettel, que se aposentou em fevereiro deste ano. José Washington Ferreira da Silva é natural de Aimorés. Antes da promoção, ele atuava na 6ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte.

Escola Judicial altera estrutura do Serin



Renata Caldeira

O Serin visa orientar os novos servidores e integrá-los ao Tribunal, proporcionando-lhes noções básicas a respeito do Poder Judiciário e dos deveres profissionais

Ione Bernadete

Considerado a porta de entrada do TJMG, o programa Servidor Integrado (Serin), realizado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), acaba de ser reestruturado. Dirigido aos servidores recém-empossados e em estágio probatório, a partir de agora, o Serin será desenvolvido em três módulos: Ambientação, Formação Humanossocial e Formação Técnico-Operacional.

O Serin visa orientar os novos servidores e integrá-los ao Tribunal, proporcionando-lhes noções básicas a respeito do Poder Judiciário, além do desenvolvimento de competências profissionais imprescindíveis ao bom desempenho do trabalho, buscando sempre elevar a eficiência da prestação jurisdicional.

O módulo Ambientação visa fornecer ao novo servidor informações básicas imprescindíveis no início da carreira

As alterações atendem à orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contida na Resolução 126, de 22 de fevereiro de 2011, que busca padronizar a formação dos servidores, utilizando-se da reflexão sobre temas relacionados à deontologia – ética e conjunto de deveres profissionais minuciados em códigos específicos –, às relações humanas e à sociologia do direito.

Etapas

O módulo Ambientação, em fase de desenvolvimento, visa fornecer ao novo servidor informações básicas imprescindíveis no início da carreira, bem como favorecer sua adaptação à instituição, por meio de material informativo na intranet sobre direitos e deveres dos servidores, plano de carreira, estrutura e funcionamento do TJ, entre outros.

Realizado de forma presencial, o módulo Formação Humanossocial tem uma abordagem dinâmica. Essa etapa visa à integração do servidor, por meio de reflexões sobre temas variados, que envolvem relações humanas, psicologia, comunicação, sociologia do direito, além de deontologia profissional do servidor público.

Dentro desse segundo módulo, está sendo oferecido o curso Excelência no Atendimento, na modalidade a distância. Esse curso visa à capacitação dos servidores nas técnicas e formas de atendimento. Uma primeira turma já participou desse curso no período de 12 de maio a 10 de junho. Mais duas turmas devem receber o curso ainda neste ano.

O terceiro módulo, Técnico-Operacional, tem por objetivo proporcionar aos servidores os conhecimentos instrumentais para o desenvolvimento das atividades a serem executadas. Ele foi planejado com a participação de instrutores regionais e em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça. Duas turmas já foram capacitadas no mês de junho para atuar como instrutoras nas varas criminais da capital e em comarcas do interior.

Lei traz alternativa à prisão preventiva

Marcos Xavier

Entrou em vigor este mês a Lei 12.403/2011, que alterou o Código de Processo Penal. Sua principal novidade é a aplicação de medidas cautelares em substituição à prisão preventiva, nos casos de crimes punidos com pena máxima inferior a quatro anos. Assim, após a prisão em flagrante do acusado, em vez de decretar sua prisão preventiva, o juiz deverá aplicar medidas cautelares, de acordo com a gravidade do crime, as circunstâncias do fato e as condições pessoais do acusado.

Entre as possibilidades estão a monitoração eletrônica, o comparecimento periódico em juízo, a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares, a proibição de manter contato com pessoa determinada ou o recolhimento domiciliar noturno e em dias de folga. A promulgação da lei gerou polêmica no meio jurídico e na imprensa, pela possibilidade de se deixarem impunes os criminosos que praticam delitos menores.

O acusado inimputável ou semi-inimputável agora pode ser internado provisoriamente no caso de crimes praticados com violência ou grave ameaça

O desembargador José Osvaldo Corrêa Furtado de Mendonça, integrante da 6ª Câmara Criminal do TJMG, é um dos que criticam a nova lei. Para ele, as medidas cautelares dificilmente podem ser fiscalizadas. Outro aspecto criticado refere-se à prisão domiciliar: o

magistrado considera temerário que, após a condenação do réu, possa ser abatido da pena o período em que ele cumpriu a medida cautelar.

Já o desembargador Judimar Biber, presidente da 1ª Câmara Criminal do TJMG, entende que a lei “nada tem de benéfica para o acusado”. Ele considera a lei produtiva e entende que, ao contrário, ela pode ser até mais rigorosa.

Segundo Biber, a prisão preventiva sempre teve caráter excepcional e, mesmo antes da nova lei, os crimes menos graves já não geravam a prisão preventiva dos acusados, senão na hipótese de reiteração, situação que não é modificada pela nova legislação. “Agora, os autores de crimes menores podem cumprir medidas cautelares, enquanto antes simples-

mente obteriam a liberdade provisória”, afirma. Além disso, ele destaca que a lei traz ainda a possibilidade da prisão, antes não prevista, para o caso de descumprimento das medidas cautelares.

Novidades

Biber elogia o artigo 300 da Lei 12.403/11, que obriga a separação, nos presídios, das pessoas presas provisoriamente das que já estiverem definitivamente condenadas. O desembargador Furtado de Mendonça tem dúvidas quanto às possibilidades de execução dessa medida.

A nova lei traz também modificações quanto à fiança. Seu valor passa a variar conforme três aspectos: a capacidade econômica do acusado, o prejuízo causado ou o proveito obtido com a prática da infração. Para o desembargador Furtado de Mendonça, a lei ressuscita um instituto que não funciona mais no Brasil.

Uma outra medida prevista pela nova lei, contudo, foi elogiada por Mendonça. O acusado inimputável ou semi-inimputável agora pode ser internado provisoriamente no caso de crimes praticados com violência ou grave ameaça e se houver risco de reiteração. A internação antes só podia ser decretada por força de sentença. “O homicida em potencial, agora, no curso do processo, pode ser internado, evitando-se novos crimes”, afirma o desembargador.



Rodrigo Vilça



Marcelo Albert

■ O desembargador José Osvaldo Corrêa Furtado de Mendonça, da 6ª Câmara Criminal do TJ, critica a nova lei e acredita que as medidas cautelares dificilmente podem ser fiscalizadas

■ O desembargador Judimar Biber, da 1ª Câmara Criminal do TJ, considera a legislação benéfica e elogia a separação, nos presídios, dos presos provisórios e dos já condenados

Kit estimula boas ações

Letícia Lima

Uma caixinha de mensagens e adesivos para espelhos. Essas são as peças de comunicação que serão distribuídas neste segundo semestre a todas as comarcas do Estado, como mais uma forma de divulgação do programa Atitude Legal – Excelência no Atendimento: Uma Construção de Todos. O programa é uma realização da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), e a campanha é desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) do TJMG.

Mensagens de inúmeros pensadores vão estar nessa caixinha. As frases são de incentivo e têm a ver com os propósitos do programa, voltados para a disseminação da cultura do bom atendimento de um lado do balcão e da cordialidade do outro. A logomarca da campanha incentiva essas ações. As duas carinhas sorridentes com um sinal de igual entre elas sugerem a ideia de que gentileza gera gentileza.

A coordenadora de Mídia Impressa e Eletrônica da Ascom, Sílvia Lara, explica que a intenção é mostrar que uma atitude

tem o potencial de gerar outra atitude semelhante. “É um conceito de relação: o comportamento tem que partir de você, mas você não está sozinho.” Segundo ela, as peças gráficas poderiam trazer uma carinha negativa acarretando outra carinha negativa, mas a intenção é realmente transmitir uma atitude legal. Aliás, o nome do programa faz menção tanto a uma ação

bacana quanto à legalidade, princípio presente no mundo jurídico.

Sílvia Lara também explica que as carinhas em forma de quadrado sugerem tijolos e se apresentam em movimento porque “o ser humano está sempre em construção e pode sair do eixo de vez em quando”.

Adesivo

Os adesivos serão colados nos espelhos dos banheiros de todos os prédios do TJMG. Com a mesma logomarca e com os dizeres “Veja aqui uma pessoa

O nome do programa faz menção tanto a uma ação bacana quanto à legalidade, princípio presente no mundo jurídico



Renata Caldeira

O adesivo no espelho dos banheiros pretende estimular que as pessoas reflitam sobre seus valores

de atitude legal”, o adesivo tem como objetivo fazer com que as pessoas olhem para si mesmas. Essa ideia partiu do relações públicas da Assessoria de Comunicação Bruno Costa. “A intenção era explorar outros espaços para atingir o maior número de pessoas com boas ações. O uso do espelho é uma forma de estimular a propos-

ta do reflexo, provocando as pessoas a olhar para si mesmas e refletir sobre seus valores”, diz o servidor.

Todos os setores do TJMG receberão uma carta, o adesivo para espelhos, o DVD da palestra “O Ser Humano em Construção”, proferida pelo psicólogo Roberto Crema, e a caixinha de mensagens.

Conheça algumas mensagens:

“Se necessário, deixe o outro constrangido com a sua capacidade de compreender.”
Gabriel Chalita

“Nós somos aquilo que fazemos repetidamente. Excelência, então, não é um modo de agir, mas um hábito.”
Aristóteles

“Eu também sou vítima de sonhos adiados, de esperanças dilaceradas, mas, apesar disso, eu ainda tenho um sonho, porque a gente não pode desistir da vida.”
Martin Luther King

“Não há nada mais trágico neste mundo do que saber o que é certo e não fazê-lo. Que tal mudarmos o mundo começando por nós mesmos?”
Martin Luther King

“A intenção, boa ou má, influencia diretamente nossa vida no futuro. Qualquer ação, por mais simples que seja, se feita com o coração, produz benefícios na vida das pessoas.”
Buda

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes.”
Cora Coralina

“Quem conduz e arrasta o mundo não são as máquinas, mas as ideias.”
Victor Hugo

“Se tiveres que ser rígido, sim: porém, perder a ternura jamais.”
Che Guevara



Renata Caldeira

Os setores vão receber a caixa com frases de pensadores os adesivos e o DVD da palestra

A Casa da Justiça no século 21

Raul Machado

Criado na época em que as ruas da cidade ainda tinham bebedouros públicos para cavalos, o Palácio da Justiça Rodrigues Campos precisa, hoje, com anos depois, criar alternativas para o funcionamento do Judiciário do século 21. As adaptações não podem mudar as características originais da construção, mas devem permitir que o prédio acompanhe os avanços exigidos pela Justiça na atualidade. Quem visita o edifício centenário, um dos símbolos do Judiciário mineiro, pode conferir a convivência do acabamento suntuoso e dos móveis de época com TVs

de plasma, computadores com acesso à internet, catraca eletrônica e detector de metal.

Em estilo eclético, com predominância de características neoclássicas, o prédio foi construído para abrigar a 1ª Instância da comarca de Belo Horizonte e a 2ª Instância do Judiciário. Ricamente ornado, o palácio tem escadarias da Bélgica, mármore de Carrara, pisos de mosaico, vitrais, lustres de cristais da Boêmia, além de belo mobiliário, muitas obras de arte e rica biblioteca. O prédio da mais alta Corte de Minas foi projetado pelo

arquiteto A. Rebechi e construído pelo engenheiro José Dantas e pelo construtor coronel Júlio Pinto entre 1909 e 1911. Em 1963, o edifício foi batizado como Palácio da Justiça Rodrigues Campos. O jurista foi desembargador e exerceu a presidência da Corte mineira por oito vezes, entre 1930 e 1939.

No palácio, além de magistrados, servidores, advogados, estudantes e do público em geral, transita um outro grupo de pessoas: a equipe da manutenção. Fundamental para o adequado funcionamento das instalações, ela é composta

por bombeiros, eletricitistas, pedreiros, pintores, marceneiros e técnicos de telefonia. Joaquim Oliveira, chefe da equipe, orgulha-se por ser conhecido como o homem que “sabe tudo do palácio”. Segundo ele, os pintores têm trabalho o ano todo. “Quando chegamos ao final, é hora de recomeçar. Cuidar do palácio é um privilégio”, diz.

Atualmente, se reúnem no palácio a Corte Superior e as câmaras cíveis e criminais da Unidade Goiás do TJMG. Também funcionam no local o Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Es-

Marcelo Albert



Ricamente ornado, o Palácio da Justiça Rodrigues Campos foi construído entre os anos 1909 e 1911. Ele tem estilo eclético, com predominância de características neoclássicas

peciais, a Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), além de setores administrativos e judiciários. Para esse funcionamento, tornou-se necessária a instalação de novas tecnologias no prédio. Em 1911, os salões dedicados às sessões de julgamento não exigiam o aparato tecnológico de hoje. Uma das últimas empreitadas da equipe de manutenção foi a instalação de TVs de plasma e outros equipamentos no salão da Corte Superior para a implantação do sistema Themis, que informatiza a sessão de julgamento.

Porão

Em 2003, para fazer o cabeamento no salão da Corte, todos os tacos foram removidos temporariamente para a passagem dos fios. "A dificuldade é que no palácio não há forro nem piso elevado, e não podemos mudar nada", explica Joaquim.

Para passar cabos no porão do palácio, com pé direito baixo e paredes com um metro de espessura, o chefe da manu-

tenção conta que foi necessário fabricar uma broca. O mesmo porão revela um aspecto construtivo interessante: na época em que o palácio foi feito, para criar grandes lajes, os construtores utilizavam barras de trilho, que eram dispostas paralelamente. O preenchimento era feito com tijolinhos maciços, que eram encaixados em arco, criando pequenas pontes de pedra.

Durante os últimos cem anos, o prédio manteve grande parte de sua arquitetura original, passando por constante manutenção, pequenas intervenções e duas grandes reformas, a primeira entre 1958 e 1963 e a segunda em 1992.

A servidora do TJMG Rosana Lage, lotada na Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial (Dengep), descreveu em sua monografia as modificações que o prédio sofreu ao longo dos anos. Rosana dedicou seu trabalho acadêmico ao vitral do artista L. Piscini, fabricado pela Casa Conrado e instalado no saguão do segundo andar. Com a produção da monografia, Rosana, que já tinha participado de vários

serviços no palácio, passou a conhecer bem a arquitetura do local.

Segundo os estudos da servidora, a reforma de 1958 a 1963 mudou um pouco a fachada do palácio. A cúpula original, em metal e vidro, foi substituída pela de concreto atual. O prédio

ganhou vários ornamentos, como as cartelas que contêm os nomes de ex-presidentes e grandes juristas, além de florões distribuídos pelos principais salões. As pastilhas portuguesas do átrio e do saguão deram lugar ao mármore.

Na sacada interna, no segundo pavimento, os beirais de pinho de riga foram trocados pelo concreto, o que prejudicou a visibilidade do vitral até 2002, quando a fa-

Uma das últimas empreitadas da equipe de manutenção foi a instalação de TVs de plasma e outros equipamentos no salão da Corte Superior para a implantação do sistema Themis, que informatiza a sessão de julgamento

lha foi corrigida. Novas lajes rebaixaram um pouco o pé direito do segundo piso. No sótão, ainda é possível ver os adornos do rodadeto antigo. Vigas invertidas em concreto armado no sótão comprovam a intervenção.

Na busca por mais espaço, na mesma reforma, a

área dos fundos, até então com dois pavimentos como o restante do palácio, ganhou dois mezaninos, o que deixou a ala com quatro pavimentos. A 1ª Instância já funcionava no prédio hoje denominado anexo I, e a 2ª Instância já ocupava todo o palácio.

Conservação

Numa sala da Dengep, encontram-se arquivados todos os projetos dos prédios da Justiça de Minas. Ao palácio é dedicado um grande arquivo de aço, onde estão guardadas as antigas folhas de papel vegetal com os projetos que ajudam a entender melhor a construção original e as modificações posteriores. Em 1992, antes da última grande restauração, um minucioso levantamento do prédio deu origem a quatro cadernos que detalham a arquitetura do prédio.

Durante os quatro anos em que trabalhou no edifício, Rosana conta que não se cansava de subir a escadaria e ficar admirando o vitral: "Ele 'fala' para quem entra e 'fala' para quem sai", diz a servidora.

Nos dias atuais, a Mejud coordena os trabalhos de conservação. Móveis como os da sala Barão do Rio Branco e o cadeiral da Corte Superior recebem a atenção de um grupo de funcionários zelosos e treinados. Karine Viana, monitora do Museu da Memória do Judiciário Mineiro, conta que, para limpar os lustres, os funcionários retiram todos os cristais, que são limpos um a um. Depois, é feito o polimento de todo o metal, antes de tudo ser montado novamente.

O palácio de hoje não é exatamente como o do projeto original. É que, na época da construção, os responsáveis pensaram que o terreno disponível seria diferente. Assim, o primeiro projeto previa um edifício mais horizontal, com fachada bem mais larga. Como o terreno tinha outro formato, foi necessário adaptar o projeto e foi construído o atual prédio, com a fachada mais estreita. Mesmo com as modificações, o edifício impressiona até hoje pelos detalhes e pela beleza.



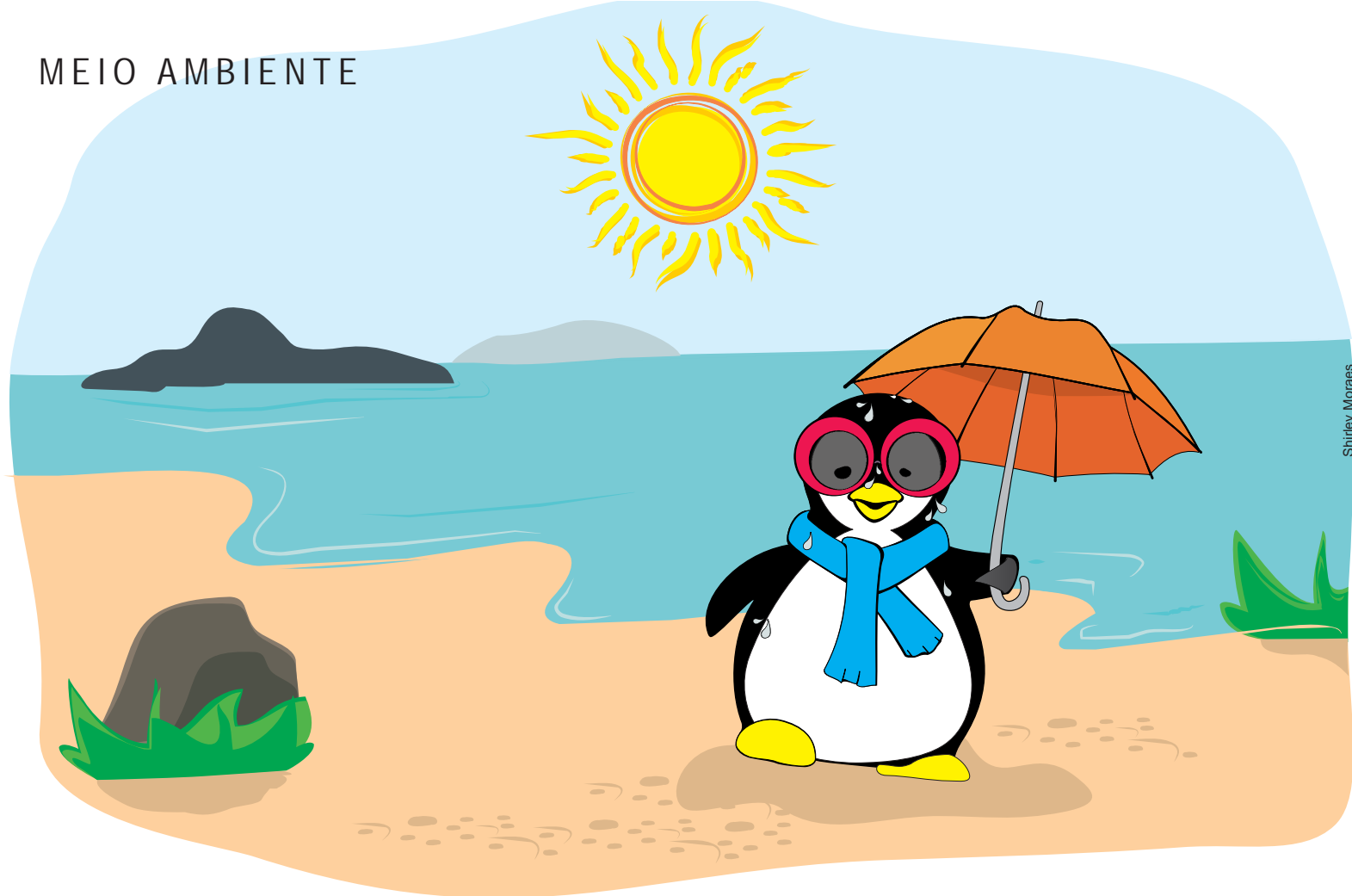
O prédio do Judiciário mineiro tem belo mobiliário, lustres de cristais e muitas obras de arte, como se observa no Salão Nobre



O edifício ainda mantém grande parte da sua arquitetura original



Bebedouros públicos para cavalos faziam parte do cenário da capital



Shirley Moraes

Equipes compartilham práticas sustentáveis

Glauce Lima

Agentes de atuação local, que identifiquem problemas e proponham soluções que possam ser adotadas em outras unidades do TJMG. Esses serão o perfil e o trabalho esperado das equipes que vão compor a Comissão de Apoio ao Programa Sustentabilidade Legal (Capsu). Criadas em cada unidade predial vinculada ao TJMG, as comissões são mais uma iniciativa do Judiciário mineiro para aprimorar suas ações voltadas para a sustentabilidade. Os grupos vão atuar em prédios da 1ª e da 2ª Instâncias.

Marcelo Junqueira, da Gerência de Manutenção, Instalações Prediais e Controle do Patrimônio Imobiliário (Gemap), explica que o objetivo da Capsu é que servidores compartilhem as boas práticas. Assim, depois de identificados os problemas, as equipes propõem soluções que podem ser usadas por servidores que enfrentem dificuldades semelhantes em outras unidades e até em regiões diferentes.

A engenheira elétrica da Gemap Denize Luppi afirma que a principal competência das comissões é a mobilização de equipes, principalmente no interior do Estado, a favor do uso consciente dos recursos disponíveis. Cada Capsu é composta por um grupo de três a cinco

servidores que estejam há pelo menos três anos nas unidades prediais em que a comissão vai atuar. Os participantes podem se manifestar voluntariamente para integrar as equipes ou podem ser indicados pela direção do Foro – na 1ª Instância – e pela Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag) – na 2ª Instância.

A formação e a atuação da Capsu integram o Programa Sustentabilidade Legal (PSL) que, nos últimos três anos, desenvolveu ações para a economia dos principais recursos utilizados nas rotinas administrativa e judicial do TJMG. As ações desenvolvidas em diversos setores incentivam o consumo consciente, a racionalização de práticas, o fomento de atividades de responsabilidade social, a valorização dos recursos humanos, a redução do desperdício e a preservação do meio ambiente.

Reciclagem

Na lista de medidas adotadas pelo TJMG estão o controle mensal de cópias e impressões, a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e a utilização de formulários eletrônicos em substituição aos de papel. Antes mesmo da formalização do PSL, o Tribunal mineiro já se preocupava

com as questões ambientais. Desde 2005, um convênio entre o Judiciário e a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) possibilita o recolhimento de materiais recicláveis.

“Para garantir a utilização sustentável de recursos naturais, muitas vezes é preciso rever os processos de trabalho, ação que gera modernização e leva à produtividade. Além disso, eticamente, há uma melhoria da imagem junto à sociedade, que cada vez mais também deseja ver os órgãos públicos engajados nesse novo cenário do ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito”, avalia o presidente do grupo gestor do PSL, desembargador Audebert Delage.

A vice-presidente e superintendente operacional de implantação do PSL, desembargadora Evangelina Duarte, destaca os impactos positivos de outros programas para a preservação dos recur-

sos naturais, como a adoção do sistema Themis, que informatiza os julgamentos e torna mais rápida a publicação de acórdãos. A iniciativa, além de agilizar a resposta do Judiciário ao cidadão, vai possibilitar uma considerável economia de papel.

Para garantir a utilização

sustentável de recursos naturais, muitas vezes é preciso rever os processos de trabalho”

A desembargadora também destaca a importância da informatização dos processos judiciais, procedimento já implementado nos juizados especiais cíveis da capital e na Vara de Registros Públicos de Belo Horizonte. “O processo eletrônico é o caminho para a economia deste que é um dos recursos mais utilizados no Tribunal: o papel”, completa.

O PSL foi instituído pelo TJMG em 2008, seguindo normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mais informações estão disponíveis no *site* www.tjmg.jus.br/sustentabilidade. A lista com a composição de cada Capsu pode ser consultada pela intranet, no endereço www.tjmg.jus.br/sustentabilidade/capsu/.

Projeto Semear investe na recuperação de presos

Wilson Menezes

A juíza Vanessa Guimarães da Costa Vedovotto ingressou na magistratura em 2008 e atuou como cooperadora nas comarcas de Conselheiro Pena e Uberlândia. Hoje, é titular da comarca de Santa Vitória, no Pontal do Triângulo Mineiro, e coopera em Ituiutaba. Ao assumir uma vara única, percebeu que deveria ir além de só decidir, criando também opções para o cumprimento de sentenças, principalmente as criminais. Para ela, ficou claro que é necessário reinserir o apenado na sociedade de forma a minimizar as possibilidades de reincidência no crime. O desafio foi lançado, e os resultados estão chegando. O apoio conseguido para criar e manter o Projeto Semear é prova disso. A magistrada é casada com o juiz mineiro Marcos Vedovotto e é mãe de Matheus, de 1 ano e 9 meses.

TJMG Informativo – O que é o Projeto Semear?

Vanessa Guimarães da Costa Vedovotto – O Projeto Semear é, ao mesmo tempo, um método de recuperação do ser humano em conflito com a lei e de revitalização do meio ambiente. Ele se destina aos recuperandos que cumprem pena privativa de liberdade no regime semi-aberto em Santa Vitória e visa à ressocialização deles, com o resgate da dignidade por meio do trabalho com a terra. São parceiros diretos do Judiciário o Ministério Público, a Usina Santa Vitória Açúcar e Alcool Ltda. e a Associação Regional de Proteção Ambiental (Arpa).

Como o projeto funciona?

O recuperando trabalha na usina de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, no cultivo de mudas de plantas nativas e frutíferas, faz suas refeições e tem horário destinado ao descanso. No fim do mês, recebe uma ajuda de custo que pode chegar a um salário mínimo, dependendo da produção individual, mais cestas básicas. Durante a noite e nos finais de semana, o recuperando permanece em prisão domiciliar, o que possibilita seu convívio com a família. Eles contam ainda com assistência psicológica, religiosa e social. A primeira produção de mudas estará disponível para a comercialização em três meses, com uma previsão de renda de R\$ 175 mil para os cofres da entidade. Uma parte do

dinheiro será utilizada para o pagamento de ajuda de custo à família dos recuperandos. O restante vai se destinar à compra das sementes e dos insumos para as próximas plantações.

Como foi concretizado o projeto?

Inicialmente, procurei buscar vagas de emprego, na usina, para os recuperandos. Verificamos que havia alguns procedimentos em tramitação nos juizados especiais, nos quais se apuravam delitos ambientais de menor potencial ofensivo atribuídos à empresa. Assim, surgiu a ideia da implantação do projeto, com a realização da transação penal, com a imposição da obrigação de fazer.

Que resultados são esperados?

Recuperar o homem que errou e que precisa se reestruturar para retornar ao convívio social, bem como o meio

ambiente, através da plantação e venda de mudas. O que buscamos é oferecer oportunidade àqueles que realmente pretendem mudar de vida.

Como julgar ações e ao mesmo tempo cumprir metas?

O que buscamos é oferecer oportunidade àqueles que realmente pretendem mudar de vida”

Assim como na iniciativa privada, o poder público deve ter metas a cumprir. Hoje, fala-se muito em gestão, em Justiça de resultados. No entanto, os magistrados lidam com o que há de mais caro para o ser humano, como a liberdade, a saúde, o patrimônio e a segurança. Dessa forma, as metas devem ser interpretadas como um norte a ser alcançado e não propriamente como um objetivo, já que ninguém gostaria de ter um processo julgado apressadamente, sem o discernimento necessário. Equilibrar adequadamente tempo e eficiência é o grande desafio do juiz do nosso tempo.



Vanessa Vedovotto, juíza em Santa Vitória, no Triângulo Mineiro, criou projeto que oferece oportunidade de trabalho a apenados

Divulgação



■ O programa *Revista da Tarde*, apresentado por Deborah Rajão, vai ao ar todas as quintas-feiras, às 15h, e trata de assuntos diversos que chegam ao Judiciário todos os dias

Wilson Menezes

O Judiciário estadual tem espaço garantido, todas as quintas-feiras, às 15h, no programa *Revista da Tarde*, na rádio Inconfidência. Assuntos diversificados, como adoção, indultos, registro civil, penas alternativas, crimes de trânsito e até particularidades do registro civil, são abordados por entrevistados indicados pelo Tribunal de Justiça.

Essa parceria teve início em dezembro de 2010, quando a 3ª Vice-Presidência do TJMG e a Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) procuraram a rádio Inconfidência com o objetivo de ampliar a divulgação da Semana de Conciliação. Com o resultado positivo alcançado, esse espaço aberto, de 15 minutos semanais, acabou sendo preenchido com a divulgação de outros temas ligados ao Poder Judiciário.

O desembargador José Antônio Braga, um dos entrevistados, afirma que o rádio ainda é o meio de comunicação que mais facilmente interage com o público. “Através de uma linguagem simples e direta, podemos falar de casos que chegam ao Judiciário e que podem ter sido vivenciados pelo ouvinte. De taxistas e porteiros a donas de casa, nossa mensagem sempre chega. Sinto-me útil quando presto esclarecimento à população.”

A escolha dos temas é feita pelos profissionais da Ascom. “Essa participação conjunta contribui para a formação da cidadania e conscientiza os ouvintes de seus direitos e de como ter acesso a eles. O programa aproxima a Justiça da população”, constata a apresentadora do programa, Deborah Rajão.

A rádio Inconfidência (AM 880), ou a “Gigante do Ar” como é conhecida, alcança todas as cidades mineiras e quase todos os estados brasileiros. Daí a importância do espaço conquistado pelo TJMG. “É comum recebermos e-mails e até cartas de ouvintes de outras cidades elogiando o fato de magistrados falarem abertamente sobre ações que correm na Justiça”, conta a apresentadora do programa.

Confira no quadro ao lado os entrevistados que já passaram pelo programa e os respectivos temas tratados.

O programa aproxima a Justiça da população”

TJMG ganha espaço nas ondas do rádio

Magistrado/servidor	Tema da entrevista
Juliano Veiga, coord. Juizado de Conciliação	conciliação
Juiz Francisco Ricardo	conciliação
Juiz Ramon Tácio	conciliação
Juiz Cleiton Rosa Resende	conciliação
Juiza Flávia Birchal	conciliação
Juiz Renato Jardim	conciliação
Desembargador Herbert Carneiro	indulto e saídas temporárias
Desembargador Wagner Wilson	adoção e vítimas das chuvas
Desembargador Antônio Sêrvulo	adoção internacional - Ceja
Juiz Marcos Padula	apadrinhamento
Juiz Leopoldo Mameluque	correição nos cartórios
Desembargador Saulo Versiani	judicialização da saúde
Desembargador Marcelo Rodrigues	registro civil
Juiz Guilherme de Azeredo Passos	penas alternativas
Juiz Raimundo Messias Júnior	compra de imóveis
Desembargador Alexandre Victor	crime de trânsito
Juiz Newton Teixeira	interdição
Desembargador José Antônio Braga	medidas urgentes
Desembargador Reinaldo Portanova	reconhecimento de paternidade
Desembargador Wanderley Paiva	direitos do consumidor
Juiza Maria Isabel Fleck	Lei Seca
Juiz Newton Teixeira	união estável
Juiz Renato Luiz Faraco	compra virtual
Juiz Paulo de Carvalho Balbino	recuperação judicial
Psicólogo Fabrício Ribeiro	PAI-PJ
Desembargador José Antônio Braga	viagens frustradas

Viagem no tempo



Bruna Miranda/Divulgação

Do vagão panorâmico, o visitante pode avistar toda a paisagem, entre Ouro Preto e Mariana, que tem trechos com vegetação de cerrado e de mata atlântica, além de cachoeiras e sítio arqueológico

Francis Rose

Dezoito quilômetros percorridos em cerca de uma hora. Um paredão, a paisagem com vegetação típica do cerrado e da mata atlântica, cachoeiras, um sítio arqueológico e o friozinho típico da região nesta época do ano são alguns dos atrativos para quem faz a viagem de trem Ouro Preto-Mariana. Parte de um programa de educação patrimonial da Fundação Vale, a viagem de trem motivou a revitalização do trecho ferroviário entre as duas cidades históricas. O passeio é realizado desde 2006, mas a charmosa e tradicional maria-fumaça está em manutenção e foi substituída por uma locomotiva a diesel.

Em alguns trechos da viagem, o trem diminui sua velocidade de 25km/h para 5km/h para que o turista possa curtir a paisagem. É possível perceber a diferença de temperatura entre Mariana, que está a 704 metros acima do nível do mar, e Ouro Preto, a 1.060. No trajeto, o trem passa ainda (mas sem parar) pelas Minas da Passagem, em Mariana, a maior mina de ouro desativada do mundo aberta a visitação.

O trem turístico só funciona de sexta a domingo, com duas saídas de Ouro Preto (às 10h e às 15h30) e duas de Mariana (às 8h30 e às 14h). Apesar de os vagões transportarem até 292 passageiros, é preciso chegar com antecedência para comprar o ingresso, sob pena de encontrar o trem lotado. Só podem reservar os bilhetes antecipadamente grupos com mais de dez pessoas.

Quem sai de Ouro Preto deve preferir os assentos do lado direito do trem, de onde é possível curtir melhor a paisagem. Os últimos vagões quase sempre são os primeiros a serem ocupados, já que as fotos do trem, nas curvas, ficam mais bonitas para quem está atrás.

Sucatas

Além do passeio de trem, as duas estações oferecem diversas atividades para os visitantes. Na estação de Mariana, a praça lúdico-musical é uma atra-

ção à parte. Ela é composta por um conjunto de obras que integram brinquedos, artes plásticas e arquitetura – estruturas confeccionadas com materiais ferroviários reciclados e sucatas da antiga linha férrea. Nas duas estações onde ocorrem os embarques e desembarques, há ainda vagões antigos transformados em cafeterias, locais para projeções audiovisuais e biblioteca.

Para quem compra o ingresso apenas para a ida e deixa o veículo estacionado nas imediações de uma das estações, a dificuldade é o retorno. É que não existe uma linha de ônibus que saia diretamente de uma estação a outra. Assim, o visitante deve pegar um táxi no retorno ou precisa se deslocar até o ponto de ônibus mais próximo. Em Mariana, o ônibus que leva a Ouro Preto passa na porta da estação. Em Ouro Preto, o ponto fica na praça Tiradentes, a alguns bons quarteirões da estação.

Quem passa o dia em Ouro Preto ou em Mariana tem diversas opções de restaurantes. Em Mariana, há vários de-

les na praça Gomes Freire de Andrade, também conhecida como Jardim. Em Ouro Preto, uma boa dica são os estabelecimentos da rua São José.

Serviço:

Em julho, os ingressos para o trem turístico custam R\$ 25 (ida) e R\$ 40 (ida e volta). A meia entrada, válida para crianças entre 6 e 10 anos, estudantes (com carteirinha) e adultos a partir de 60 anos, custa R\$ 13 (ida) e R\$ 20 (ida e volta). No vagão panorâmico, o ingresso custa R\$ 40 (ida) e R\$ 70 (ida e volta). Crianças de até 5 anos, no colo, não pagam. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones (31) 3551-7705 (bilheteria) e (31) 3551-7310 (estação), em Ouro Preto; e (31) 3557-3844 (bilheteria) e (31) 3558-3104 (estação), em Mariana. A programação pode ser conferida nos sites www.tremdavale.org ou <http://trensturisticos.fcasa.com.br>.

Arte atrás das grades

Patrícia Melillo

“É como se fosse uma luz no fim do túnel, um renascimento, uma perspectiva de entrar novamente na sociedade e de ficar perto da minha família. Eu já passei por rebeliões e tentativas de fuga; mas, depois do projeto, não penso mais assim.” Essas palavras são de Paulo Eustáquio, que cumpre pena na penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte. Através do desenvolvimento do projeto Fênix, criado por ele, Paulo ensina a arte da pintura para seus colegas de presídio e vislumbra, com eles, um futuro melhor.

A iniciativa conta com o apoio da direção da penitenciária e do juiz da Vara de Execuções Criminais de Contagem, Wagner de Oliveira Cavaleri, que ajudou a organizar uma exposição com as obras de Paulo Eustáquio, em março de 2010. A mostra foi realizada no salão do 1º Tribunal do Júri de Contagem, durante a audiência pública que debateu a construção da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac) na comarca. Em maio deste ano, os artistas do projeto expuseram suas obras na Defensoria Pública.

Hoje, Paulo Eustáquio ministra aulas de pintura para oito colegas de presídio, escolhidos pelo critério de bom comportamento. O juiz Wagner de Oliveira diz que há planos de expansão do projeto e revela que está estudando a possibilidade de convidar professores universitários de artes plásticas para participar do trabalho. Quem se interessar em ajudar como voluntário ou com doações de tintas e telas pode procurar a Vara de Execuções Criminais de Contagem.

Autodidata, Paulo Eustáquio começou a desenhar aos 14 anos, inspirado por histórias em quadrinhos e super-heróis. Aos 18 anos, trabalhou durante seis meses como pintor de faixas, quando aprendeu técnicas básicas de traço e pintura. Em 2007, já detido na Nelson Hungria, Paulo retomou os desenhos. Durante uma visita de diretores da penitenciária a sua cela, o artista sugeriu a criação do projeto, iniciativa aprovada por uma comissão com assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras.



Divulgação

■ Telas do projeto Fênix foram expostas na Defensoria Pública, em maio deste ano

CLICK DO LEITOR



Alexandre Arantes

Santa Rita de Caldas, município de Minas Gerais localizado a 456 km da capital, tem cerca de 10 mil habitantes e é cercada por lindas montanhas. Na cidade, todo mineiro se sente “em casa”. O povo sempre hospitaleiro e cortês faz do município um refúgio para quem vive em meio ao cotidiano agitado. Em maio, com a festa de Santa Rita, o cenário local se transforma. As comemorações, conhecidas por mineiros e paulistas, se prolongam por todo o mês. Há shows, barraquinhas e um desfile de cavaleiros e carros de boi. Com tanto para se descobrir em Santa Rita de Caldas, não há como não se apaixonar por esse fantástico lugar.

Alexandre Arantes
2º Cartório de Recursos a Outros
Tribunais/TJMG – Unidade Raja

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.